

Democracia no Brasil: a incidência da confiança institucional sobre a participação política dos brasileiros¹

Democracy in Brazil: the incidence of institutional trust on Brazilian's political participation

Camila de Vasconcelos*¹
Simone Pilleti Viscarra¹**

Palavras-chave

Democracia;
Confiança Institucional;
Participação política;
Brasil.

Resumo: Pesquisas recentes indicam que a redemocratização brasileira, instaurada em 1989, pode ser classificada como uma democracia de caráter institucional representativa bem consolidada. Todavia, essa dimensão não é acompanhada por uma democracia social, uma vez que vários aspectos relacionados à qualidade de vida das pessoas não foram atendidos. Considerando esse panorama busca-se problematizar a qualidade da democracia instaurada no país e como essa tem sido influenciada pelo afastamento das pessoas da esfera política. Índícios dessa situação de insatisfação e descrença são vistos nos baixos índices de participação política e de credibilidade nas instituições democráticas por parte das pessoas. Dessa forma, tornando pesquisas de opinião pública sobre cultura política um instrumento essencial de análise para que se avance no debate entorno do processo de democratização no Brasil. Objetiva-se aqui identificar se a desconfiança da população brasileira sobre as instituições políticas fomenta uma não participação política dos mesmos. Para isso, serão analisadas duas dimensões de participação: a) convencional (participação em eleições e partidos); e b) não-convencional (passeatas, boicotes, abaixo-assinados). Para alcançar os

¹ Recebido em 01/07/2016; aceito para publicação em 12/10/2016.

*1 Professora de Sociologia no Departamento de Áreas Acadêmicas do Instituto Federal de Goiás (IFG). Mestre e Doutoranda em Ciência Política pelo Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: camilavaspol@gmail.com.

**1 Professora no Departamento de Ciências Sociais da Universidade do Vale do São Francisco (Univasf, BA). Doutora e Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: simoneviscarra@gmail.com.

objetivos propostos neste artigo os dados provenientes da pesquisa realizada pelo *World Value Survey* em 2005 foram analisados com a técnica quantitativa análise de trajetória (*path analysis*).

Keywords:
Democracy;
Institutional Trust;
Political Participation;
Brasil.

Abstract: *Recent data research indicates that Brazilian democracy, established in 1989, can be classified as well established institutional representative democracy. However, this scenario is not followed by a positive social democracy, due to various aspects related to people's quality of life that were not met in Brazil. Considering this panorama this papers aims to analyze more deeply the quality of democracy established in the country and if it has been influenced by people's political disbelief. Evidence of this dissatisfaction and disbelief situation can be seen thru country's low levels of political participation and citizen's credibility on democratic institutions (WVS, 2005). Thus, making public opinion surveys about political culture an essential analysis asset in order to improve the debate about democratization process in Brazil. The article main objective is to identify if population distrust on political institutions can explain people's non-political participation. For this, two dimensions of participation will be analyzed: a) conventional (participation in elections and parties); b) unconventional (marches, boycotts, petitions). To achieve the objectives we are analyze the World Value Survey data for 2005. To analyze the data is employed the quantitative Path Analysis method.*

Introdução

Dados internacionais que avaliam a instauração de regimes políticos no mundo, como os publicados pela *Freedom House* (2012), *The Economist* (2013) e pelo *Polity IV Project* (2010), indicam que o número de democracias tem aumentando constantemente durante as últimas décadas. De acordo com o *Polity IV Project* (2010)², que analisa os tipos de regimes políticos ao redor do globo, o período entre o fim da década de 1980 e meados dos anos 2000 foi de constante aumento de sistemas democráticos, em especial nas regiões latina e africana, marcadas pela queda de sistemas considerados anocracias³ e autocracias⁴. Diante desse processo de democratização os estudos

² Para maiores detalhes do projeto e acesso aos dados acessar: <http://www.systemicpeace.org/polity/polity4.htm>

³ Anocracia diz respeito a sistemas políticos democráticos híbridos, em que o poder é composto e mantido por uma oligarquia política. Para maiores detalhes sobre a definição desse conceito acessar: <https://polisci.wustl.edu/files/polisci/imce/17.xxxanocracies-sept7-final-2011.pdf>

⁴ Autocracia diz respeito a sistemas políticos não democráticos, em que o governo é mantido por grupos político totalitários. Para maiores detalhes sobre a definição desse conceito acessar: <https://polisci.wustl.edu/files/polisci/imce/17.xxxanocracies-sept7-final-2011.pdf>

produzidos pela ciência política entre o fim de 1970 até os anos de 1990 tiveram como uma de suas preocupações centrais analisar as razões que culminaram e incentivaram no aparecimento de democracias ao redor do mundo. Principalmente nas localidades economicamente não tão bem desenvolvidas como América Latina e África.

Após o fim da década de 1990, o debate sobre a implementação de sistemas democráticos abriu espaço para a questão da qualidade dessas democracias, uma vez que o aumento da implantação desse sistema se estagnou após os anos 2000 (*Polity IV Project*, 2010, *The Economist*, 2013). Com relação à América Latina, observa-se a implementação de uma democracia institucional e normativa cada vez mais sólida, como pode ser visto nos relatórios da *Freedom House* (2012) e da *The Economist* (2013). Todavia, essas análises, em especial as disponibilizadas pela *The Economist*, destacam que a evolução normativa das democracias latinas não é acompanhada pelo crescimento de uma dimensão cultural de apoio.

Os relatórios da *Democracy Index* sobre a América Latina (*The Economist*, 2006-2013), demonstram que a evolução da democracia está praticamente estagnada na região, sobretudo em razão da baixa adesão ativa das pessoas ao sistema. Em outras palavras, a região carece de uma cultura política cidadã de apoio ao sistema democrático. Como pode ser visto no caso brasileiro, em que variáveis relacionadas a democracia normativa (processo eleitoral, funcionamento do governo e regras que permitam as pessoas exercerem seus direitos e liberdades) possuem níveis que chegam a 8.2 pontos, enquanto que aqueles relacionados à cultura política das pessoas (interesse e participação política) atingem no máximo 4.9 (*The Economist, Democracy Index*, 2013). Dimensões que configuram a existência de um sistema dicotômico no que tange a implementação plena da democracia na região⁵.

Com esse cenário, pesquisas sobre manutenção e qualidade de sistemas democráticos se tornam cada vez mais frequentes, complexos e necessários na ciência política. Segundo O`Donnell (2002) a democracia, ou a ideia de sistema democrático, adquire um sentido mais amplo ao incluir o cidadão como um agente responsável pela implementação da democracia no seu sentido mais pleno. O autor argumenta que a Região Latina tem se consolidado como um sistema político democrático, mas isso não indica necessariamente que esses sejam democráticos na sua totalidade. Isto porque um sistema democrático somente será um regime democrático quando houver base institucional e cívica que o sustente (O`DONNELL, 2002).

Dessa forma, o aumento de confiança no regime institucional e o de participação política das pessoas se tornam temas relevantes aos estudos de cultura política, uma vez que essas variáveis possibilitam avaliar o grau de legitimidade e de apoio a um regime político. Isso porque um regime de

⁵ Outra referência dessa dicotomia são os dados do Latinobarómetro (<http://www.latinobarometro.org>) entre 1995 e 2003. Segundo eles esse período se configurou pela forte descrença das pessoas pelas suas instituições e representantes políticos, ou seja, devido ao baixo nível de cidadania cívica. Resultados que tornam ainda mais evidente a necessidade de se realizar novas pesquisas sobre democracia e sua qualidade na América Latina.

estrutura democrática com credibilidade frente aos cidadãos possibilitaria o eficaz gerenciamento de suas crises políticas e econômicas, sem que essas representem ameaça à estrutura institucional vigente ou, ainda, catalise uma ruptura institucional. A credibilidade do sistema seria consequência do engajamento da população nos âmbitos legais contribuindo para o amadurecimento e para a qualidade das democracias. Dessa maneira, estudos sobre a participação política contribuem para enriquecer futuras modificações no plano institucional, tais como a relevância do empoderamento dos cidadãos para levar à institucionalização de uma sociedade fiscalizadora dos gestores públicos e das políticas públicas.

Considerando isso, a ciência política contemporânea se dedica, sobretudo, a analisar a qualidade das democracias implementadas, com dois focos principais: a percepção das pessoas sobre o sistema político e como esses sistemas influenciam na construção da cidadania. O desenvolvimento dessas análises possui caráter empírico e teórico. Empiricamente pela disponibilidade de dados nos relatórios internacionais, apresentados anteriormente, e teoricamente devido ao desdobramento da abordagem culturalista, que vem ganhando espaço desde 1960 com Almond e Verba. Em anos mais recentes, na América Latina pesquisas empíricas seguidoras do pressuposto culturalista são desenvolvidos, principalmente por Baquero (1997, 2000, 2004 e 2011), Moisés (2010) e Cruz (2005).

Este trabalho busca dar continuidade à compreensão da qualidade da democracia no Brasil. Empiricamente serão empregados os dados das pesquisas de opinião do *World Value Survey* do ano de 2005, considerando que se passaram quinze anos do retorno da democracia no país. A escolha dos dados se justifica pelo banco apresentar um retrato da percepção dos brasileiros frente ao sistema democrático passados um período de aprendizado do funcionamento do sistema em vigor. A análise proposta busca avaliar a relação de causalidade entre a confiança institucional e a participação política, dividida em participação política convencional e participação política não convencional. Postula-se um modelo direcional das variáveis a serem analisadas, tendo como variável exógena a participação das pessoas em ações convencionais e não convencionais e as variáveis demográficas de idade, escolaridade e percepção de classe social, e como variável endógena tem-se a confiança nas instituições democráticas.

O objetivo deste artigo é identificar se a desconfiança que a população brasileira tem em suas instituições políticas fomenta a não participação política dos mesmos, e como isso se altera de acordo com a escolaridade, idade e classe social da população brasileira. Metodologicamente será empregada a técnica quantitativa de análise conhecida como análise de trajetória (*path analysis*), que possibilita verificar uma relação causal entre as variáveis.

Cultura política e democratização

Este trabalho dá continuidade às pesquisas sobre a qualidade da democracia dentro de uma perspectiva que considera a importância dos cidadãos à manutenção, à estabilidade e ao desenvolvimento do sistema. Para O'Donnell, Cullell e Iazzeta (2004), a democracia é fundamental à construção

do ser humano como um agente, cuja atuação e valores democráticos contribui para o desenvolvimento humano e para os seus direitos. Neste sentido, os direitos à participação política, bem como de expressão e de associação fazem parte do próprio sistema democrático, fatores que quando ausentes, ou em implantação, nos permite pensar na reavaliação da qualidade da democracia nestes sistemas. Assim, consideramos aqui não somente a participação das pessoas na esfera política, mas também a avaliação que os brasileiros fazem sobre o sistema em que estão inseridos por meio da confiança institucional.

No campo da ciência política, pesquisadores da cultura política tem se preocupado em avaliar as percepções dos cidadãos a respeito das instituições políticas. As bases para o desenvolvimento da teoria culturalista, cuja origem data da década de 1960, surgem em meio à revolução behaviorista e no período pós-guerras mundiais. Tal perspectiva incentivou uma produção acadêmica voltada para descrições mais objetivas, empíricas, métodos estatísticos e multidisciplinaridade metodológica e teórica na ciência política. O culturalismo adquiriu proeminência como uma alternativa ao modelo institucionalista de análise, que se mostrava insuficiente para explicar os fenômenos sociais e políticos surgidos no período entre e pós-guerras mundiais (ALMOND, COLEMAN, 1969).

Segundo Almond (1989) essa teoria enfatiza que para se compreender as mudanças culturais e estruturais observadas ao redor do mundo era necessário um novo referencial conceitual, sobretudo no período pós-guerras mundiais e com a ampliação do sistema democrático. Dessa vez colocando como ponto central de análise o estudo do comportamento humano que considerasse os valores subjetivos dos indivíduos em relação a esfera política (ALMOND, 1969; ALMOND, 1989; ALMOND, POWELL, 1972). O argumento é o de que a análise promovida pela ciência política deve ser ampla, não se restringindo ao estudo de governo, mas incluindo outros aspectos que sirvam de sustentação para a democracia⁶, como o comportamento das pessoas.

Nessa teoria, de matriz mais empírica, atitudes, crenças, valores e aptidões comuns a toda população são variáveis necessárias para o estudo de sistemas políticos. Devendo ser o sistema político tratado como um composto de partes fragmentadas inter-relacionadas que precisam ser identificadas para que seja compreendido o sistema de *inputs* e *outputs*. Os *inputs* são responsáveis pela dinâmica das demandas do sistema político e estão diretamente conectados à cultura dos atores que o compõem, moldando seus objetivos e valores. O que não significa que esse, o *input*, ocorre por ele mesmo, é preciso compreender o suporte fornecido pelas demandas que são influenciadas pelo estado de espírito dos indivíduos, suas atitudes e predisposições.

6 Assim, uma nova unidade conceitual é sugerida. Como por exemplo, a substituição dos conceitos de Estado, poder e instituições por sistema político, funções, papéis e estruturas (ALMOND, POWELL, 1972; ALMOND, COLEMAN, 1969). Almond e Powell esclarecem que essa não é apenas uma mudança de nomenclatura, mas de definição, pois esses novos conceitos estão baseados na ação e no comportamento das pessoas, o que permite a ciência política caminhar para uma dimensão probabilística da política (ALMOND, COLEMAN, 1969). Ver Easton 1968.

O suporte ao sistema também pode ocorrer através dos *outputs* e ou pela politização dos indivíduos, fato que auxilia na manutenção do sistema político por dividir expectativas comuns entre as pessoas que compõem a sociedade, gerando suporte. Esse processo de politização (ou de socialização política) é o que permite passar adiante os objetivos e as normas de uma comunidade, seja pela doutrina, mito ou tradição (SIGEL, 1989). Almond e Powell (1972) dão o nome de cultura política aos fatores subjacentes que influenciam na construção de sistemas políticos, estando entre eles aspectos como atitudes, crenças, valores e aptidões comuns a todo grupo (ALMOND, POWELL, 1972; ALMOND, VERBA, 1963; ALMOND, VERBA 1989; ALMOND 1990)⁷.

Em um período mais contemporâneo é possível encontrar referências sobre a importância de variáveis sociais e culturais para a constituição dos sistemas políticos nos estudos de Consuelo Cruz (2005) sobre a Nicarágua e a Costa Rica. Realizando uma análise comparada ela enfatiza que o cenário da região é marcado por uma exagerada ênfase em procedimentos democráticos, o que faz com que questões culturais sejam deixadas de lado. Para Cruz, a América Latina vive um período dicotômico, em que regimes democráticos (em sentido procedimental) estão instaurados, mas que situações de instabilidade ainda perduram. Situação que reforça o emprego do conceito de cultura política nos moldes de Almond e Verba (1963), uma vez que os paradigmas institucionais sozinhos parecem não serem suficientes na explicação do estabelecimento das democracias.

Segundo Cruz (2005), as pessoas devem ser consideradas como planejadores normativos, cujo comportamento é o resultado do seu egoísmo, do coletivamente aceitável e do racionalmente viável. É a cultura política que molda os participantes a se engajarem em intrigas normativas dentro de um campo de possibilidades imagináveis.

Empregando o conceito de cultura política no Brasil, as contribuições de José Álvaro Moisés (2010) apresentam como a implementação de instituições democráticas têm impactado, ou modificado, a cultura política das pessoas com o tempo. Moisés descreve que a desconfiança dos cidadãos gera ambivalência política, pois influencia os níveis de adesão das pessoas no regime. Para ele o conceito de confiança implica reciprocidade entre todos os envolvidos, gerando segurança, uma vez que confiar implica cooperar e reduz os riscos⁸. Essa definição envolve não somente relações interpessoais, mas também relações com as instituições⁹ e, por isso, pode ser um indicador da qualidade democrática.

Para o autor o aprendizado das pessoas sobre suas instituições varia conforme a sua experiência, é nessa interação que são moldados parte das crenças, valores e comportamentos dos cidadãos com a política. É no desempenho dessas instituições ao longo do tempo, cuja qualidade pode ser mensurada pela confiança nas instituições, que se produzirá alterações na

⁷ Para maiores detalhes ver o capítulo nove da obra *A divided Discipline*, de Almond (1989).

⁸ Aqui ele emprega as ideias de Putnam no livro: *Comunidade e democracia na Itália moderna*, 1993.

⁹ Referência ao conceito de *accountability*, que diz respeito a obrigação dos líderes políticos em responder as demandas dos que os elegeram quando inquiridos. Em português pode ser traduzido como responsabilização.

cultura política das pessoas. Contudo, para Moisés (2010) a existência de um cenário ambivalente não põe em risco imediato a democracia, por que em nível formal as pessoas tendem a querer mais aos sistemas democráticos. Porém, esse panorama de desconfiança indica a qualidade da democracia, cujos baixos níveis significam que ela não está cumprindo seu papel.

Outra contribuição provém do estudo de Baquero (2011). Segundo o autor, a cultura política integra o indivíduo de duas formas: no plano interno, por meio de suas normas e valores, e em sua perspectiva externa, mediante as atitudes e crenças dos cidadãos. Assim é importante que haja, então, uma conexão da cultura política do lugar com a sua perspectiva institucional, que não seja por imposição de fórmulas políticas, mas pela construção de aparatos políticos provenientes do cidadão. Para Baquero (2011) a falta de confiança das pessoas na política no Brasil influencia na pouca participação política dos cidadãos do país.

Isso ocorre por dois pontos: devido a elementos constitutivos da identidade nacional como o paternalismo, formalismo, personalismo, lealdade, patrimonialismo ao caracterizarem uma cultura política com traços de autoritarismo (BAQUERO, 2011; MOISÉS, 2010) e pelo desempenho interno do sistema político e das pessoas que o compõem (BAQUERO, 1997; 2007). Assim, Baquero (1997, 1998, 2000, 2004, 2011) argumenta que a compreensão da democracia precisa ir além do caráter institucional, incluindo fatores subjetivos das pessoas e que auxiliam a explicar o desenvolvimento democrático de uma localidade.

Também defendendo a relação entre variáveis culturais (comportamento) e o funcionamento de arranjos institucionais está o pensamento de González (2011). Como Baquero (2011) e Moisés (2010), González (2011) argumenta que a compreensão da engenharia institucional não deve ser feita de modo abstrato, desconsiderando os aspectos locais em que essa será ou está implantada. Ao analisar a experiência de mecanismos criados pela democracia participativa como alternativa às deficiências do modelo de democracia minimalista (democracia procedimentalista) o autor defende a compreensão da democracia via inclusão de variáveis indicativas da cultura política e de arranjos institucionais. Assim, considerando os valores e as atitudes das pessoas frente à política para entender suas ações de suporte, ou não, ao sistema.

Considerando esses argumentos, neste artigo, a avaliação das pessoas em relação ao sistema político será mensurada com base na confiança institucional dos brasileiros, uma vez que a presença de estoques positivos de confiança é peça fundamental para a existência da democracia em longo prazo (BAQUERO, 2011). Finalizada a descrição sobre a importância de estudos sobre confiança política, cabe descrever a definição de participação política convencional e não convencional empregada no artigo.

A mobilização, ou participação, da população em favor de alguma demanda é um fator de importância para que as democracias se fortaleçam. A este respeito, Milbrath (1965) compreende que a massa deve criticar a elite política e estar atenta quanto ao seu desempenho, exercendo seu direito político de vigiar e criticar o comportamento dos eleitos. Para o autor as mobilizações, geralmente, são o resultado do descontentamento e da indignação dos eleitores com seus representantes, por estes não conseguirem

solucionar os problemas de natureza material (moradia, segurança, saúde, educação). Em continuidade, Siegel (1989) afirma que o nível de participação política é influenciado por um vasto conjunto de fatores, incluindo demográficos, como escolaridade, idade e classe social da pessoa. Entre os fatores não demográficos que afetam a participação estão os relacionados aos agentes socializadores presentes numa sociedade, como escola, trabalho, família e aquisição de novos papéis, como o de cidadão. Segundo Morris (et al, 1989) a participação das pessoas em grupos, sejam sociais, econômicos e/ou políticos, é parte fundamental para a orientação delas dentro do seu sistema político. Uma vez que, segundo Horton et al. (1980), as atividades que a pessoa pratica moldam seu comportamento como cidadão, sobretudo a atividade informal, pois essa é realizada com base na escolha individual da pessoa e não por obrigação ou alguma forma de coerção.

No que tange a participação política, Baquero (2007, 2011) propõe que essa pode ocorrer através de fontes institucionais-formais ou por fatores não-institucionais¹⁰. Neste sentido, é imperativo criar condições para que os cidadãos tenham capacidade de demandar uma melhor qualidade de vida e uma cidadania plena, tomando iniciativas e posicionando-se. Assim, a participação política torna-se essencialmente relevante, na medida em que se explicita qual a tomada de decisões que os indivíduos tomam frente a um grupo de pressão, manifestando assim, suas preferências.

Visando simplificar a complexidade do conceito de participação política Barnes e Kaase (1979) e Horton *et al.* (1980) afirmam que se pode subdividi-lo de duas formas: convencional e não-convencional. A primeira, convencional ou legítima, inclui ações como votar em eleições, discutir sobre a política, fazer campanha, participação em reuniões, participação em comícios, formação de grupos, fazer contato com governo e governantes, participação em partidos. Ou seja, compreende a comunicação do eleitor com seu representante. A segunda, não-convencional, engloba comportamentos alternativos, nem sempre respaldados ou legítimos pelo governo (HUNT, GOEL, 1980) como participações em passeatas, boicotes, ocupação de instalações físicas, greves, abaixo-assinados e até mesmo ações extremas como bloqueios, desobediência civil, guerrilha, revoluções e rebeliões.

Desse modo, percebe-se que a compreensão do conceito de participação pela ciência política é multidimensional e depende de contextos históricos, sociais e políticos. Em termos metodológicos, para a construção deste estudo a participação será tomada como uma atividade unitária. Em termos empíricos a participação convencional será mensurada com base nas variáveis participação em sindicatos, de partidos políticos, de organizações ambientais, organizações profissionais, organização de caridade/humanitário e/ou organizações de consumo. Já a participação não convencional engloba as seguintes atividades: assinatura de petições e abaixo-assinados, boicotes e demonstrações públicas pacíficas.

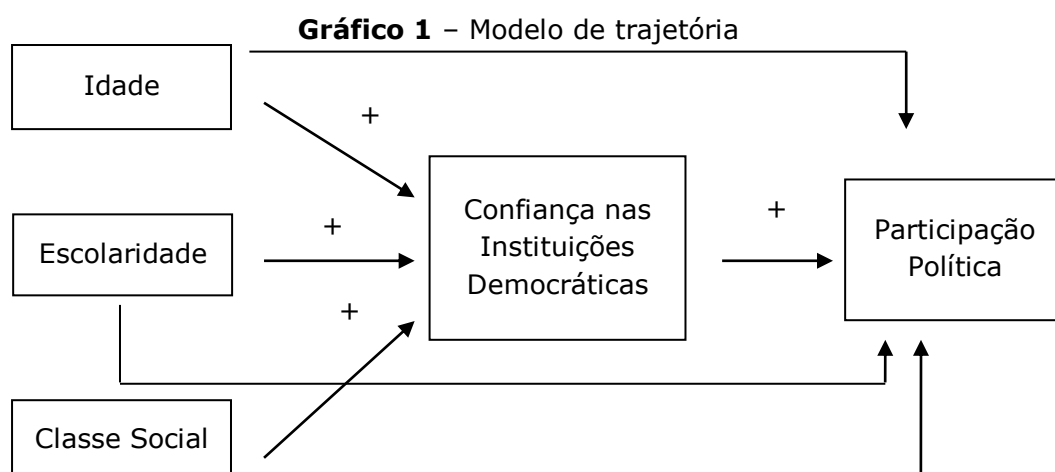
¹⁰ As fontes institucionais formais dizem respeito as atividades promovidas e regulamentadas por instituições, sejam políticas ou não, enquanto que as não institucionais são de ordem simbólica (BAQUERO, 2007, 2011).

Outra variável incluída na análise aqui proposta diz respeito à classe social, ou à percepção do indivíduo com relação a sua classe social. Nesse aspecto, sobre a relação entre cultura política e desenvolvimento econômico, Inglehart e Welzel (2005) identificam que a confiança está significativamente correlacionada com o nível de PIB *per capita*. Em outras palavras, que sem desenvolvimento econômico a confiança da população será prejudicada, já que haverá uma baixa expectativa de melhoria na sua qualidade de vida. No caso brasileiro, tem-se um país com grandes desigualdades sociais, o que significa que isto pode ser uma variável fundamental sobre o desenvolvimento de valores e predisposições políticas (CEPAL, 2010).

Metodologia

As hipóteses deste trabalho foram organizadas a partir de uma técnica de análise quantitativa, denominada análise de trajetória – *path analysis*. Tal técnica é utilizada para inferir os efeitos diretos e indiretos de variáveis propostas em um modelo teórico (LLERAS, 2005), forma a permitir estabelecer um diálogo entre a teoria e os dados empíricos. A *path analysis* se baseia em análises de regressão múltipla determinadas pelas relações entre as variáveis, cujas relações são determinadas pelo pesquisador através do desenho de um diagrama (*path diagram*). Sendo assim, um modelo causal formulado teoricamente e que pode ser verificado por meio de estimativas quantitativas das conexões entre um conjunto de variáveis empíricas.

As conexões, que ocorrem numa direção determinada, podem percorrer diversos caminhos dentro do modelo (BRYMAN, CRAMER, 2005). A construção de um modelo de análise de trajetória relaciona variáveis independentes e dependentes de maneira direta e indireta. A forma indireta relaciona as mesmas variáveis, mas considerando variáveis intervenientes, a chamada variável endógena. Assim, diagrama-se uma rede de relações, cuja estrutura (sentido) é definida pelo pesquisador previamente, com base na teoria. A relação entre as variáveis indica a existência, ou não, de causalidade entre elas, permitindo ao pesquisador formular afirmações inferenciais sobre o objeto de estudo. As relações postuladas entre o perfil da população, a confiança institucional e a participação política convencional e a participação política não-convencional foram organizadas no modelo conforme o gráfico a seguir:



Fonte: Elaboração própria. Sinais (+) significam relações positivas.

Para testar as hipóteses formuladas na introdução, o modelo será testado de duas formas. A primeira em relação a participação política convencional e a segunda em relação à participação política não convencional. A análise comparada destes coeficientes permitirá verificar quais são os efeitos mais robustos entre os dois tipos diferentes de participação política. Assim se poderá verificar qual modalidade de participação política pode ser melhor explicada pelo perfil social e econômico da população, e qual é mais influenciada pela confiança interpessoal, no contexto da democracia brasileira.

Desta forma, as variáveis independentes idade, escolaridade e classe social, são postuladas como influências diretas sobre a variável dependente participação política (participação política convencional e participação política não-convencional). As mesmas variáveis independentes têm influências indiretas sobre a *participação política*, neste caso estas passam pela relação com a *confiança nas instituições democráticas*. Com a análise das correlações entre elas será possível verificar diferentes coeficientes que demonstrem a força dessas inter-relações, quanto maior a força da relação maior a causalidade de uma variável sobre a outra.

Os indicadores foram construídos utilizando o banco de dados disponibilizado pelas pesquisas do *World Values Survey* na onda de 2005¹¹. Utilizou-se a técnica de análise fatorial confirmatória¹² para construção dos indicadores propostos para o modelo, uma vez que essa técnica permite o agrupamento de variáveis que refletem os conceitos teóricos. A análise fatorial permite reduzir o número das variáveis em fatores correlacionados entre si, via técnica de extração dos componentes principais¹³ e técnica de rotação

¹¹ As pesquisas realizadas pelo *World Values Survey* caracterizam-se por serem coletadas por meio de ondas de aplicação, uma a cada 5 anos, em todos os países possíveis. Até a conclusão deste trabalho os dados da onda de 2010-2014 ainda não haviam sido divulgados ao público, o que não possibilitou a análise de dados mais recentes.

¹² A técnica de análise fatorial permite dentro das ciências sociais verificar de que forma uma variável ou um grupo de variáveis se comportam com relação a outras variáveis (FIELD, 2009). A análise fatorial pode ser de dois tipos, a análise fatorial exploratória, quando não se tem conhecimento prévio sobre a conexão das variáveis, e a análise fatorial confirmatória, utilizada neste trabalho, quando existe conhecimento teórico prévio que fundamente a escolha das variáveis. A técnica operacionaliza as variáveis em fatores, ou variáveis latentes, que são representantes de conceitos sociais, econômicos ou psicológicos (FIELD, 2009).

¹³ Essa técnica é utilizada para verificar de que forma as variáveis compartilham sua variância umas com as outras (FIELD, 2009). Uma vez que o objetivo desta etapa foi o de encontrar as dimensões comuns dentro dos dados coletados, para elaborar os índices propostos, analisaram-se as comunalidades entre algumas variáveis selecionadas, pois elas apresentaram a variância comum das variáveis (FIELD, 2009). A seleção dos fatores, ou a ponderação das variáveis, embora seja recomendado o critério de retirada da análise de variáveis que possuíssem valores abaixo de (.6) (PESTANA, GAGUEIRO, 2000, p. 399), optou-se por manter na rotação valores de até (.5), porque estes teriam peso teórico para os fatores. Nesse caso, reconhece-se que fatores inferiores ao ponderado pouco interferem nas análises, devido a sua baixa relevância. As variáveis selecionadas nesta etapa e o processo realizado para cada um dos índices estão em anexo.

*varimax*¹⁴. Assim, através da técnica de análise fatorial, foram verificadas as proximidades entre as variáveis que medeiam a participação política convencional, a participação política não-convencional e a confiança institucional. Foram, portanto, construídos índices que variavam de 0 a 1, sendo que quanto mais perto de 0 menor o indicador, e quanto mais perto de 1 maior o indicador. Os conceitos utilizados nesse trabalho foram operacionalizados da seguinte forma:

Quadro 1 – Operacionalização das variáveis

Conceito	Variáveis	Definições operacionais
Confiança Institucional	Confiança na polícia, no judiciário, no governo, nos partidos políticos, no parlamento e nos serviços civis.	Confia totalmente Confia em parte Confia pouco Não confia ¹⁵
Participação política convencional	Membro e sindicatos, de partidos políticos, de organizações ambientais, organizações profissionais, organizações de caridade/humanitário e organizações e de proteção aos consumidores.	Pertence e participa Pertence, mas não participa Não pertence ¹⁶
Política não convencional	Abaixo assinados, boicotes e participação em demonstrações públicas (pacíficas).	Já fiz, Não fiz, mas poderia fazer Não fiz, e não faria nunca ¹⁷

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do *World Values Survey*, 2005.

Com relação aos indicadores de escolaridade e classe social, foram recodificadas as variáveis que medeiam estes elementos. Nesse caso, o objetivo foi transformá-las no padrão utilizado nos índices, através da escala de 0 a 1. Com relação à idade, o indicador manteve o intervalo em anos de vida.

Análise dos dados

A análise dos dados referentes ao ano de 2005 representa o momento em que a democracia brasileira já contava com 16 anos de história, tempo não desprezível para o aprendizado dos procedimentos políticos e a incorporação de valores democráticos por parte das pessoas. Dessa forma, compreender quais são as variáveis que mais influenciam a participação política convencional e a participação política não convencional podem revelar mais sobre a qualidade da democracia no Brasil. Os resultados do cálculo por meio da técnica de análise de trajetória e considerando os indicadores de cultura política presentes no

¹⁴ Essa técnica maximiza a dispersão das cargas fatoriais dentro de fatores, sendo essa rotação recomendada quando se pretende que os fatores aglutinados sejam independentes (FIELD, 2009). Possibilita, dessa forma, o aglutinamento de fatores em grupos, segundo a correlação existente entre eles. Neste caso, as cargas dos fatores a serem consideradas em cada grupo (*component*) devem ser superiores a 0.4 (STEVENS, 1992).

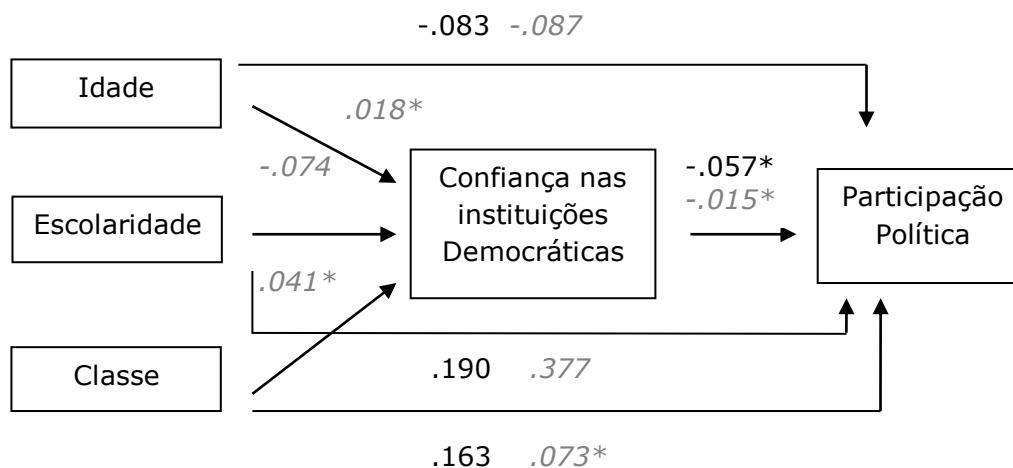
¹⁵ Categorias originais no questionário: *A great deal; Quite a lot; Not very much; None at all.*

¹⁶ Categorias originais no questionário: *Not a member; Inactive member; Active member.*

¹⁷ Categorias originais no questionário: *Have done; Might do; Would never do.*

banco de dados do *World Values Survey* de 2005 pode ser observado no gráfico 2.

Gráfico 2 – Modelos de trajetória comparados para participação política convencional e participação política não convencional (em destaque)



Fonte: Elaboração própria. *Não apresentaram significância estatística.

O objetivo da análise de trajetória é avaliar o *efeito direto* das variáveis, adicionado ao *efeito indireto* resultando no *efeito total*¹⁸. O efeito direto do modelo é a relação direta da idade, classe social, escolaridade, confiança sobre a participação política. O efeito indireto é a relação entre as variáveis exógenas (idade, classe social, escolaridade) passando pelos efeitos das variáveis endógenas (confiança nas instituições) que resultará no efeito total. Assim, se analisará como cada variável proposta no modelo possui influência direta e indiretamente sobre a participação política, primeiro sobre a participação política convencional e, depois, sobre a participação política não convencional. Por fim, para testar a hipótese principal, serão comparados os efeitos de cada um dos dois tipos de participação com relação aos efeitos totais do modelo.

Modelo 1: Participação política não convencional

Com relação à variável endógena, confiança institucional, verifica-se que não existe significância estatística na ligação entre essa e a variável participação política não convencional. Nesse caso, descreve-se que a confiança dos cidadãos brasileiros nas instituições políticas não influencia no comportamento político deles. Considerando que a confiança dos cidadãos nas instituições políticas representa indícios da qualidade democrática do país, infere-se que a democracia brasileira tem se constituído aquém da participação política democrática por meios não-convencionais. Todos os efeitos obtidos nesse modelo, com relação a participação política não-convencional, estão no quadro a seguir:

Quadro 2 – Efeito direto e efeito indireto sobre participação política não convencional

¹⁸ Para maiores detalhes sobre a técnica empregada ver: PESTANA e GAGUEIRO, 2000.

Conceito	Efeito Direto _(erro)		Efeito Indireto _(erro)	Efeito Total
Confiança nas instituições políticas	-.015* _(.223)			-.015
Idade	-.087 _(.222)	Confiança nas instituições políticas	.018* _(.215)	.087
Escolaridade	.377 _(.206)	Confiança nas instituições políticas	-.074 _(.215)	.378
Classe Social	.073* _(.222)	Confiança nas instituições políticas	.041* _(.215)	.073
				0,553

Fonte: Elaborado com base nos dados da *World Value Survey* coletados no Brasil na onda de 2005. N= 1500. *Não apresentaram significância estatística.

Com relação a idade, os efeitos encontrados apresentam uma relação fraca e inversa sobre a participação política não convencional. O efeito (-.087) significa uma correlação inversa, por exemplo, quanto menor for a idade do cidadão, maior é a probabilidade de apresentar um maior comportamento político participativo não convencional. Embora esse seja um efeito pequeno, a idade pode explicar de forma significativa esse tipo de participação.

O efeito direto da escolaridade sobre a participação política não convencional é robusto (.377), sendo o fator mais influente dentro dos dois modelos sobre a participação política. Essa alta correlação ratifica o discurso de senso comum de que a educação é importante para o desenvolvimento da democracia, uma vez que se verifica nos dados que, por exemplo, quanto mais anos de estudo dos cidadãos, maior a chance de atuarem sobre a participação política não convencional. Uma vez que esse efeito direto é significativo, pode ser generalizado para a totalidade da população brasileira. Salienta-se a importância de um país democrático possuir cidadãos escolarizados e informados da situação política do país, a fim de proporcionar um maior engajamento da população nas reivindicações políticas. Essa inferência vem ao encontro de outras pesquisas que afirmam que não há democracia sem altos níveis de ensino (RIFKIN, 1999), ou do papel da escolarização sobre a formação de valores democráticos (INGLEHART, WELZEL, 2005).

Considerando ainda os efeitos causados pela percepção de classe social dos entrevistados sobre a incidência de participação política não convencional dos mesmos, verifica-se um efeito não significativo. Apontando que é estatisticamente indiferente para explicar um seu comportamento político não-convencional qual a quantidade de renda do indivíduo. Em um país com grandes desigualdades sociais como o Brasil¹⁹ o fato de esse efeito não ser explicativo descreve que somente a presença de alta ou baixa renda não são suficientes

¹⁹ Segundo relatório apresentado pelo PNUD embora o país tenha melhorado em termos de desigualdade social esse continua a ser um dos seus maiores obstáculos (PNUD, 2013). Para maiores detalhes acessar: <http://www.pnud.org.br/arquivos/idhm-brasileiro-atlas-2013.pdf>.

para mobilizar os cidadãos. A falta de correlação dissocia o pertencimento a uma classe social com a escolaridade da mesma, uma vez que a escolaridade apresentou fator robusto e significativo nesse modelo. Nesse caso, ressalta-se aqui que a participação política não convencional depende de que haja muito mais um empoderamento²⁰ dos cidadãos, e uma compreensão lógica do porquê de participar, do que necessariamente ser dependente da reivindicação de uma determinada classe social.

Quando considerados os efeitos indiretos do modelo, que passam pelo efeito da variável confiança institucional, verifica-se que somente um dos efeitos apresentou relevância estatística. O efeito indireto da variável escolaridade (.378) novamente se destaca entre os efeitos e pode ser generalizado para as relações dessas variáveis em toda população brasileira, no ano de 2005. Considerar que a confiança nas instituições influencia a participação política não convencional só pode ser cogitado levando-se em conta a escolaridade dos cidadãos. Nesse caso, a causalidade robusta entre esses conceitos, evidenciado na aplicação do modelo, permite compreender a qualidade da democracia no país.

Modelo 2: Participação política convencional

O segundo modelo, considerou os efeitos diretos e indiretos sobre a participação política convencional. Comparando esses efeitos aos apresentados no modelo anterior percebem-se algumas diferenças. Nesse modelo, os efeitos da idade, da escolaridade e da percepção de classe social são todos explicativos, apresentando significância estatística. Entretanto, o efeito da confiança dos cidadãos nas instituições políticas sobre a participação política também se mostrou não significativo, não sendo possíveis as generalizações para toda a população. Nesse caso, o efeito de (-.057) é maior do que no modelo anterior, o que significa que sobre a participação política convencional a confiança nas instituições explica mais do que no outro modelo. O sinal negativo significa uma correlação inversa da confiança sobre a participação, aqueles que não confiam nas instituições, entre os entrevistados, mostraram-se mais propícios a participarem de forma convencional na política.

Com relação à idade, o efeito de (.083) apresenta uma força semelhante ao do modelo anterior (.087*), embora no modelo de participação política convencional a idade influencia um pouco menos sobre a participação. A idade, portanto, atua como variável explicativa. Ou seja, pessoas em determinada faixa etária tendem a ser politicamente mais ativas.

Quadro 3 – Efeito direto e indireto sobre participação política convencional

Conceito	Efeito Direto_(erro)		Efeito Indireto_(erro)	Efeito Total
Confiança nas instituições políticas	-.057* _(.154)			-.057
Idade	-.083 _(.153)	Confiança nas instituições	.018* _(.215)	.084

²⁰ Sobre *empoderamento*, ver mais em Baquero (2006).

		políticas		
Escolaridade	.190 _(.151)	Confiança nas instituições políticas	-.074 _(.215)	.194
Classe social	.163 _(.152)	Confiança nas instituições políticas	.041* _(.215)	.165

Fonte: Elaborado com base nos dados do Brasil coletados pelo *World Value Survey*, referente a onda de 2005. N= 1500. *Não apresentaram significância estatística.

Já, considerando a escolaridade, nesse modelo o efeito é relativamente mais fraco do que o apresentado no modelo anterior, mas a escolaridade continua sendo o efeito mais robusto do modelo. O efeito de (.190) destaca que o fato de se possuir mais ou menos anos de estudo determina sim o envolvimento dos cidadãos com a política, através da participação convencional. Nesse caso, os efeitos do modelo se dividem com os outros efeitos, destacando que a idade, a percepção de classe social e a escolaridade são importantes para explicar a participação política convencional.

Por fim, o efeito da percepção de classe social se destaca nesse modelo, com um efeito robusto de (.163), o segundo maior efeito para o modelo. Com relação à participação política convencional, portanto, verifica-se que o fato de um indivíduo pertencer a uma determinada classe social influencia para a forma de participar politicamente.

Comparando os dois modelos

A comparação dos dois modelos analisados sugere que os efeitos se modificaram substancialmente. Com relação a confiança nas instituições políticas dos indivíduos, percebe-se que os coeficientes apresentam correlações baixas para ambos os tipos de participação política. Entretanto, o tipo de confiança nas instituições políticas dos participantes determina com mais efeito a participação política convencional. Um cidadão possuir uma confiança maior, ou menor, sobre as instituições, pode determinar uma maior ou menor participação em partidos políticos, sindicatos e outros tipos de associações políticas.

Tabela 1 – Efeitos Totais – Convencional e não convencional

Conceito	Efeito Total – Participação política não convencional	Efeito Total - Participação política convencional
Confiança nas instituições políticas	-.015	-.057
Idade	.087	.084
Escolaridade	.378	.194
Classe social	.073	.165

Fonte: Elaborado com base nos dados do Brasil coletados pelo *World Value Survey*, referente à onda de 2005. N= 1500.

Com relação à idade dos cidadãos, por apresentar pouca alteração entre os efeitos dos dois modelos, conclui-se que essa afeta de forma similar os diferentes tipos de participação política no país. Por outro lado, com relação à

classe social, observa-se que sobre os efeitos totais sobre os meios de participação política tem uma maior interferência da condição econômica com relação a participação política convencional. Possuir uma percepção de sua classe social, tendo, ou não, maior condição econômica, interfere na forma pela qual as pessoas vão reivindicar suas questões políticas. A escolaridade dos cidadãos também apresenta informações relevantes para as análises, pois o valor do efeito verificado, em ambos os modelos, é robusto. Com relação aos efeitos sobre a participação política não convencional esse efeito é ainda mais elevado.

Conclusão

Este artigo se materializa dentro de um cenário em que a democracia brasileira, no seu sentido normativo, se encontra positivamente implementada (*The Economist e Freedom House 2012*). Todavia, relatórios e pesquisas de opinião sobre cultura política no Brasil indicam que com o passar dos anos as pessoas encontram-se cada vez mais descrentes em relação as suas instituições e partidos políticos (*World Value Survey, 2005; Latino Barômetro, 1995-2003*). Com base nesse cenário, e considerando a atual bibliográfica sobre instituições e cultura política foi o objetivo do artigo identificar se a desconfiança que a população brasileira tem em suas instituições políticas fomenta a não participação política dos mesmos. Isso porque parte-se do pressuposto que a instauração de um sistema democrático pleno, depende tanto das suas bases estruturais como de uma base social de apoio. Desse modo, as análises aqui elaboradas permitem observar se existe, e como se estabelece, a relação entre confiança nas instituições e a participação política das pessoas.

Tal análise foi elaborada com base em duas dimensões. A primeira de confiança institucional, que engloba a confiança dos respondentes na polícia, no judiciário, no governo, nos partidos políticos, no parlamento e nos serviços civis. Enquanto que a segunda diz respeito a participação política das pessoas. Para um melhor refinamento empírico e teórica essa segunda dimensão foi subdividida em dois grupos a da participação convencional (abaixo assinados, boicotes e participação em demonstrações públicas pacíficas) da não-convencional (ser membro de sindicatos, partidos políticos, organizações ambientais, organizações profissionais, organizações de caridade/humanitário e organizações e de proteção aos consumidores). No que tange aos dados empíricos esses são provenientes das pesquisas realizadas pelo *World Value Survey* em 2005 e a técnica quantitativa de análise foi a de análise da trajetória (*path analysis*). A escolha por essas dimensões e variáveis encontra respaldo no enquadramento teórico do artigo.

O recorte teórico empegado diz respeito a teoria culturalista de análise de fatos sociais e políticos. Isso porque tal perspectiva considera a importância dos cidadãos para a manutenção, estabilidade e desenvolvimento dos sistemas políticos como base fundamental para que eles se desenvolvam e perpetuem (ALMOND, VERBA 1963; ALMOND, COLEMAN, 1969; ALMOND, POWELL, 1972; O'DONNELL, CULLELL, IAZZETTA, 2004). Os argumentos defendidos por essa teoria consideram a valorização de análises empíricas, sobretudo as que consideram as atitudes, crenças, valores e aptidões comuns a toda população

como variáveis necessárias no estudo de sistemas políticos. E é a inter-relação entre as partes que compõem o sistema político que justifica a importância de se agregar tais variáveis, uma vez que é a percepção e expectativas das pessoas sobre suas instituições e sistemas que permite a análise da cultura política de uma sociedade (ALMOND, POWELL, 1972; ALMOND, VERBA 1963; ALMOND, VERBA 1989; ALMOND 1989).

Em anos mais recentes a continuidade dos debates sobre a instauração de sistemas políticos abre espaço para a discussão da qualidade dos mesmos. Isso se deve ao crescente avanço da democracia procedimental ao redor do mundo, porém que carece de uma cidadania cívica de apoio. Em outras palavras, a bibliografia contemporânea empregada no artigo (CRUZ, 2005; MOISES, 2010; BAQUERO, 1997; 2000; 2007; 2011; INGLEHART, WELZEL, 2005, entre outros) instiga não somente a continuidade de estudos sobre democracia numa perspectiva culturalista de análise como um novo pensar sobre a qualidade das democracias atuais, sobretudo em sociedades em desenvolvimento econômico.

Dentro desse panorama torna-se necessário incluir no escopo de variáveis analisadas aqueles pertinentes a participação política das pessoas. Isso porque tais atividades participativas servem tanto para avaliar o nível de cultura cívica de uma sociedade e como para avaliar se as pessoas estão exercendo seu direito de demonstrar suas críticas e opiniões sobre o desempenho de seus governantes e sistemas políticos (MILBRATH, 1965). Embora compreendamos a amplitude e a complexidade dessa dimensão este trabalho empregou a divisão de Barnes e Kaase (1979) e Horton *et al.* (1980): participação convencional e não-convencional, como referido anteriormente.

Em relação aos dados empíricos as análises realizadas indicam que a confiança dos brasileiros, após mais de 15 anos de democracia no país (1989 - 2005), exerce uma influência sobre os tipos de participação política. Assim, foi possível verificar que os efeitos da correlação estatística são mais robustos para uma participação política convencional. Significando que os cidadãos brasileiros são influenciados pela sua confiança nas instituições democráticas em seu comportamento participativo em partidos políticos, sindicatos e associações. Entretanto, uma vez que se verifica uma grande desconfiança desses cidadãos nas instituições políticas pode-se inferir que essa é uma das causas da pouca participação política convencional observada nesse país.

Entretanto, dentre as análises, destaca-se também a presença muito forte da variável escolaridade dentro dos modelos de participação política. Pela qual os efeitos de ambos os modelos são robustos, apresentando relevância fundamental ao desenvolvimento da educação no país, através do aumento de anos de escolaridade da população. Dessas análises, a escolaridade explica grande parte das causas do comportamento de reivindicação política, embora esses efeitos sejam maiores com relação a participação política não convencional.

Por fim cabe salientar que os resultados aqui encontrados indicam a necessidade de se conduzir novos e mais estudos sobre essa temática na ciência política. Uma vez que dados internacional indicam que o desenvolvimento e a instauração da democracia no mundo está passando por

um momento paradoxal, sobretudo em regiões ainda economicamente em desenvolvimento, como o caso da América Latina, e assim do Brasil.

Bibliografia

- ALMOND, G. 1989. *A Discipline Divided: Schools and Sects in Political Science*. London: Sage.
- ALMOND, G. 1969. Um método funcional para o estudo da política comparada. In: ALMOND, Gabriel; COLEMAN, James. *A política das áreas em desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Ed. F. Bastos.
- ALMOND, G; COLEMAN, J. 1969. *A política das áreas em desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Ed. F. Bastos.
- ALMOND, G; POWELL Jr.; BINGHAM G. 1972. *Uma Teoria de Política Comparada*. Rio de Janeiro: Zahar.
- ALMOND, G. VERBA, S. 1989. *The Civic Culture Revisited*. Newbury Park, London, New Delhi: Sage.
- ALMOND, G. VERBA, S. 1963. *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*. Newbury Park, London, New Delhi: Sage.
- BAQUERO, M. A. 2011. Cultura Política na Agenda da Democratização na América Latina. In: BAQUERO, M. *Culturas(s) Política(s) e democracia no Século XXI na América Latina*. Porto Alegre: UFRGS Editora.
- BAQUERO, M. 2007. *Democracia e desigualdades na América Latina – Novas perspectivas*. Porto Alegre: UFRGS Editora.
- BAQUERO, M. 2004. *Democracia, juventude e capital social no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- BAQUERO, M. 2000. *A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- BAQUERO, M. 1998. *A Construção da Democracia na América Latina*. Estabilidade democrática, processos eleitorais, cidadania e cultura política. Porto Alegre, Canoas: Editora da UFRGS/Centro Educacional La Salle.
- BAQUERO, M. 1997. *A Lógica do Processo Eleitoral em Tempos Modernos – Novas Perspectivas de Análise*. Porto Alegre Canoas: Editora da UFRGS, Centro Educacional La Salle.
- BAQUERO, C. M. J.; PRÁ, J. R. 2007. *A democracia brasileira e a cultura política no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS Editora.
- BAQUERO, R. 2006. Empoderamento: questões conceituais e metodológicas. *Revista Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 11, n. 2, pp. 77-93.
- BARNES, S.; KAASE, M. 1979. *Political Action: mass participation in five western democracies*. Beverly Hills: Sage Publications, CEPAL, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. *Panorama social da América Latina 2010: documento informativo*. 2010. Disponível em: <http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/1235/panoramasocial2010p.pdf?sequence=1>. Acesso em: 21/03/2015.
- CRUZ, C. 2005. *Political Culture and Institutional Development in Costa Rica and Nicaragua*. World Making in the Tropics. New York: Cambridge University Press.

- GONZÁLEZ, R. S. 2011. Democracia, Cultura Política e Experiências Participativas na América Latina. In: BAQUERO, M. *Culturas(s) Política(s) e democracia no Século XXI na América Latina*. Porto Alegre: Ed. UFRGS.
- HORTON, D. S., MACAULAY, J. et al. *Participation in social and political activities*. Jossey-Bass 1980.
- INGLEHART, R; WELZEL, C. 2009. *Modernização, mudança cultural e democracia*. São Paulo: Verbena.
- MILBRATH, L. W., LAL GOEL, M. 1977. *Political Participation: How and Why do People Get Involved in Politics?* Chicago: Rand-McNally.
- MOISÉS, J. A. 2010. *Democracia e Confiança: Porque os Cidadãos Desconfiam das Instituições Públicas?* São Paulo: Editora da USP.
- MORRIS, A. D.; HATCHETT, S. J.; BROWN, R. 1989. *The Civil Rights Movement and Black Political Socialization*. In: Roberta S. Sigel. *Political learning in adulthood: A source book of theory and research*. University Of Chicago Press.
- O'DONNELL, G.; CULLELL, J. V.; IAZZETTA, O. M. 2004. *The Quality of Democracy, Theory and Applications*. Indiana: University of Notre Dame Press.
- PNUD. 2013. Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil. ONU.
- RIFKIN, N. 1999. Where do we go from here? Presentation at the Colloquium an Education and Democracy. Washington. D.C.: USAID.
- HUNT, R. W., & Goel, M. L. 1980. Explaining individual participation in political violence. In: SMITH, D. H. et al. (Eds.). *Participation in social and political activities: A comprehensive analysis of political involvement, expressive leisure time, and helping behavior*. San Francisco: Jossey-Bass.
- SIEGEL, R. S. 1989. *Political learning in adulthood: A sourcebook of theory and research*. Chicago e Londres: The Univerity of Chicago Press.
- SMITH, D. H.; MACAULAY, J. et al. 1980. *Participation in social and political activities: a comprehensive analyses of political environmental, expressive leisure time and helping behavior*. San Francisco: Jossey-Bass.

Anexos

Participação política não convencional

Component Matrix^a

	Component
	1
Political action: signing a petition	,722
Political action: joining in boycotts	,742
Political action: Attending peaceful demonstrations	,806

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Component Matrix^a

	Component
	1
Political action: signing a petition	,722
Political action: joining in boycotts	,742
Political action: Attending peaceful demonstrations	,806

Extraction Method: Principal Component Analysis.

a. 1 components extracted.

Participação política Convencional

Component Matrix^a

	Component
	1
Membership of labour unions	,636
Membership of political party	,651
Membership of environmental organization	,760
Membership of professional organization	,707
Membership of charitable/humanitarian organization	,703
Membership consumer organisation	,730

Extraction Method: Principal Component Analysis.

a. 1 components extracted.

Confiança nas Instituições

Rotated Component Matrix^a

	Component			
	1	2	3	4
Confidence: Churches				,599
Confidence: Armed Forces				,551
Confidence: The Press			,823	
Confidence: Television			,810	
Confidence: The Police		,480		,516
Confidence: Justice System		,576		
Confidence: The Government		,686		
Confidence: The Political Parties		,789		
Confidence: Parliament		,813		
Confidence: The Civil Services		,509		
Confidence: Major Companies	,558			
Confidence: The Environmental Protection Movement	,721			
Confidence: The Women 's Movement	,768			
Confidence: Charitable or humanitarian organizations	,711			
Confidence: The Mercosur	,641			
Confidence: The United Nations	,584			

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Rotation Method: Varimax with Kaiser Normalization.

a. Rotation converged in 7 iterations.

*Foram destacadas as variáveis utilizadas no modelo.